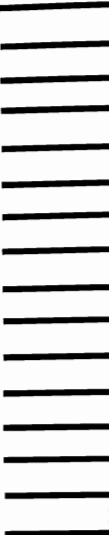


Eduardo André Carvalho Schiefler



PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Sumário

Prefácio.....	VII
Introdução.....	1
1 O Direito Administrativo na Era da Informação do Século XXI.....	5
1.1 A revolução das tecnologias da informação e comunicação e os impactos na sociedade.....	5
1.2 A Quarta Revolução Industrial	9
1.3 Governo Eletrônico e Governo Digital.....	15
1.4 A busca por um novo direito administrativo	31
1.5 Processo administrativo físico <i>versus</i> administração pública eletrônica: um problema a ser solucionado.....	41
1.6 Conclusão do capítulo	51
2 Processo Administrativo Eletrônico: do papel para o virtual	53
2.1 Disposições constitucionais que fundamentam o dever de adoção do Processo Administrativo Eletrônico.....	53
2.1.1 Os princípios da publicidade, transparência e eficiência.....	54
2.1.2 O princípio da celeridade processual	61
2.1.3 O direito fundamental à boa administração.....	63
2.1.4 O dever de fomento ao desenvolvimento tecnológico.....	65
2.2 Disposições legais e infralegais relacionadas à adoção do Processo Administrativo Eletrônico.....	67
2.2.1 O princípio da atualidade	67
2.2.2 A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e o Portal da Transparência.....	70
2.2.3 A Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.874/1999)	74

2.2.4 A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e o Decreto Federal nº 7.724/2012	78
2.2.5 O Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014)	82
2.2.6 A Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016)	85
2.2.7 O Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei Federal nº 13.460/2017)	88
2.2.8 A Lei Federal nº 13.726/2018	90
2.2.9 O Decreto Federal nº 8.539/2015, o Decreto Federal nº 8.638/2016, o Decreto Federal nº 8.936/2016 e o Decreto Federal nº 9.094/2017: o uso do meio eletrônico, a Política de Governança Digital, a Plataforma de Cidadania Digital e a simplificação do atendimento público	91
2.3 Experiência brasileira: o Estado de Santa Catarina.....	95
2.4 Experiência estrangeira: o plano de ação da União Europeia.....	101
2.5 Conclusão do capítulo	105
3 Os Desafios e Benefícios decorrentes do Processo Administrativo Eletrônico	107
3.1 O desafio da eletronização dos processos administrativos municipais	108
3.1.1 A dificuldade operacional: planejamento e capacidade técnico-financeira	108
3.1.2 A problemática da desigualdade de acesso às tecnologias.....	112
3.1.3 A necessária interoperabilidade dos sistemas tecnológicos	114
3.2 O Processo Administrativo Eletrônico e os desafios decorrentes da ampla transparência e da participação social irrestrita.....	117
3.2.1 O risco da captura informacional e da grande quantidade de informações nos processos de tomada de decisões.....	118
3.2.2 A segurança das informações armazenadas	124
3.2.3 Controle excessivo: a administração pública do medo	131

2.2.4 A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e o Decreto Federal nº 7.724/2012	78
2.2.5 O Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014).....	82
2.2.6 A Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016)	85
2.2.7 O Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei Federal nº 13.460/2017)	88
2.2.8 A Lei Federal nº 13.726/2018	90
2.2.9 O Decreto Federal nº 8.539/2015, o Decreto Federal nº 8.638/2016, o Decreto Federal nº 8.936/2016 e o Decreto Federal nº 9.094/2017: o uso do meio eletrônico, a Política de Governança Digital, a Plataforma de Cidadania Digital e a simplificação do atendimento público	91
2.3 Experiência brasileira: o Estado de Santa Catarina.....	95
2.4 Experiência estrangeira: o plano de ação da União Europeia.....	101
2.5 Conclusão do capítulo	105
3 Os Desafios e Benefícios decorrentes do Processo	
Administrativo Eletrônico	107
3.1 O desafio da eletronização dos processos administrativos municipais	108
3.1.1 A dificuldade operacional: planejamento e capacidade técnico-financeira	108
3.1.2 A problemática da desigualdade de acesso às tecnologias.....	112
3.1.3 A necessária interoperabilidade dos sistemas tecnológicos	114
3.2 O Processo Administrativo Eletrônico e os desafios decorrentes da ampla transparência e da participação social irrestrita.....	117
3.2.1 O risco da captura informacional e da grande quantidade de informações nos processos de tomada de decisões.....	118
3.2.2 A segurança das informações armazenadas	124
3.2.3 Controle excessivo: a administração pública do medo	131

3.3 O Processo Administrativo Eletrônico e suas possibilidades: o aproveitamento como plataforma de tecnologias disruptivas	136
3.3.1 A computação em nuvem (cloud computing)	137
3.3.2 A utilização das redes sociais pelo Poder Público	142
3.3.3 O uso do Big Data pela administração pública	145
3.3.4 A tecnologia blockchain: uma revolução a caminho?	147
3.3.5 Outras tecnologias que podem ser adotadas pela administração pública brasileira	151
3.4 Conclusão do capítulo	152
Conclusão	155
Referências	159